

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

Amanda Estela Guerra- amanda.ibge@gmail.com
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Márcia Maria Duarte dos Santos- mdsantoso@yahoo.com.br
Centro de Referência em Cartografia Histórica - Universidade Federal de Minas Gerais

O “ATLAS DO IMPÉRIO DO BRASIL”: UMA PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DOS LIMITES DO BRASIL NO SÉCULO XIX

Em 1868, o então deputado da Assembléia Geral do Brasil, Cândido Mendes de Almeida, elaborou um atlas denominado “Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões Administrativas, ecclesiasticas, Eleitoraes e Judiciárias”. Essa obra foi feita a partir da reunião de diversos mapas, produzidos em épocas distintas, sobre o território brasileiro, nos séculos 18 e 19. Cândido Mendes, ao compor seu atlas mostrava-se preocupado com a falta de definição precisa dos limites territoriais do Império, tanto os externos quanto os internos. Em pleno contexto da Guerra contra o Paraguai, o governo brasileiro havia, pelo Tratado de Ayacucho, reconhecido o território do que hoje é o estado do Acre e parte do Amazonas como pertencente à Bolívia. A par das dificuldades externas, a falta de definição precisa dos limites internos causava enormes transtornos aos moradores e também graves desavenças entre as províncias. Nesse atlas o autor faz uma proposta de definição de limites internos para o território brasileiro e expressa a insatisfação com a situação dos limites externos. Algumas das sugestões do autor se consolidaram muito tempo depois, como é o caso da criação do Estado do Tocantins.

Palavras-chave: Atlas do Império do Brasil, Cândido Mendes de Almeida, Geografia no Segundo Reinado, Cartografia do Brasil Império.

In 1868, Cândido Mendes de Almeida, a member of the General Assembly in Brazil, has produced a atlas denomineted "Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões Administrativas, ecclesiasticas, Eleitoraes e Judiciárias". This work was made from the meeting of several maps, produced in different seasons, on the Brazilian territory, in eighteenth and nineteenth centuries. Cândido Mendes, to compose its atlas seemed worried about the lack of precise

definition of territorial limits of the Empire, both external and internal. In context of war against Paraguay, the Brazilian government had, by the Treaty of Ayacucho, recognized the territory of that today is the state of Acre and part of Amazon as belonging to Bolivia. In addition to the external difficulties, the lack of precise definition of internal limits caused major disruption to the inhabitants and also serious fights between the provinces. In his work, the autor makes a proposal for a definition of internal limits for the Brazilian territory and expresses dissatisfaction with the situation of external limits. Some of his suggestions were consolidated long after, as is the case of the creation of the State of Tocantins.

Key-words: Atlas do Império do Brasil, Cândido Mendes de Almeida, Second Reign Geography, Empire of Brazil cartography

Introdução

Em 1868, o então deputado da Assembléia Geral do Brasil, Cândido Mendes de Almeida, elaborou um atlas denominado “Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões Administrativas, ecclesiasticas, Eleitoraes e Judiciárias”. Essa obra foi feita utilizando como fonte diversos mapas, produzidos em épocas distintas, sobre o território brasileiro, nos séculos 18 e 19, além de documentos históricos, como roteiros de viagens, expedições, memórias e alvarás régios. Cândido Mendes, ao compor seu atlas parecia preocupado com a falta de definição precisa dos limites territoriais do Império, tanto os externos quanto os internos.

Com a declaração da Independência do Brasil, em 1822, as antigas Capitanias Reais foram transformadas em Províncias do Império do Brasil. Essas assumiram basicamente os contornos das antigas Capitanias Reais. Algumas dessas haviam se fundido para formar uma capitania maior, como foi o caso da Capitania da Bahia¹. Outras surgiram a partir da elevação de comarcas em novas capitanias.

O Império do Brasil, à época de seu nascimento, contava 18 províncias: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Durante todo o período imperial, a divisão administrativa do Brasil mudou apenas com a criação da Província do Amazonas em 1850, desmembrada da Província do Pará, e também com a elevação da Comarca de Curitiba à Província Independente, em 1853, com o nome de Província do Paraná (ESCOBAR, s/d).

O Império herdou do Brasil Colônia a indefinição das fronteiras entre as unidades administrativas. Essa situação remonta à primeira divisão administrativa da América portuguesa, em 1530, com a criação das Capitanias Hereditárias. Demarcadas, a maioria delas, com 100 léguas de costa, prolongavam-se para o interior do continente até fazerem limite com o Meridiano de Tordesilhas. Porém, somente muito tempo depois, no século XVIII, com a invenção do cronômetro de Harrison, é que passou a ser possível a determinação acurada daquele

meridiano (BROWN, 1977). A impossibilidade da determinação da longitude, o desconhecimento do interior do continente, associado a outros fatores, impediram a determinação exata dos limites ocidentais das capitanias. Além disso, também o limite norte-sul das capitanias era confuso. Às vezes eram delimitadas a partir de acidentes geográficos relevantes, mas outras vezes seus limites eram relativizados com a capitania vizinha. Porém, estes também não tinham uma definição clara e precisa. Nesse atlas o autor faz uma proposta de definição de limites internos para o território brasileiro. A tentativa de redividir o Brasil não foi uma exclusividade de Cândido Mendes. Outros antes dele já haviam feito propostas de redivisão das províncias de forma a atingir um equilíbrio de poder entre elas.

A par da preocupação com a desordem provocada pela falta de definição precisa dos limites internos, o que causava enormes transtornos aos moradores e também graves desavenças entre as províncias, Cândido Mendes mostrava-se, ainda, preocupado com a redução das dimensões do território do Império em decorrência de disputas com os países vizinhos. Em 1867, em pleno contexto da Guerra contra o Paraguai, o governo brasileiro havia, pelo Tratado de Ayacucho², reconhecido o território do que hoje é o estado do Acre e parte do Amazonas como pertencente à Bolívia.

Ao dedicar seu atlas à Instrução Publica do Imperio com especialidade á dos Alumnos do Imperial Collegio de Pedro II, de certa forma Cândido Mendes apostou na capacidade da linguagem cartográfica em criar uma imagem do espaço brasileiro de forma a consolidar os limites que foram por ele propostos. Afinal, é através dos mapas que os limites são definidos, traçados e passam a ter sua existência material. Desse intento deixa vestígios no texto introdutório do atlas quando enuncia: “Sem duvida he nobre e bello pôr nossa intelligencia e nossa penna ao serviço da Patria que idolatramos, maxime quando o fim he instruir cidadãos, que no futuro possão collocar os destinos da nossa nacionalidade em firme, eminente e glorioso pedestal (MENDES, 1868, p. 8)”.

Algumas das sugestões do autor se consolidaram muito tempo depois, como é o caso da criação do Estado do Tocantins e do Estado do Amapá. O objetivo deste trabalho é expor qual era a proposta do autor do atlas para os limites do Império e como ele se posicionou frente aos diferentes conflitos territoriais vivenciados pelas províncias.

O autor do atlas – um notável do Império Brasileiro.

¹ **A Capitania da Bahia** surgiu da junção de cinco capitanias, sendo elas: Porto Seguro, Ilhéus, Baía de Todos os Santos, Itaparica e Recôncavo da Baía (ESCOBAR, s/d).

² **O Tratado de Ayacucho**, celebrado entre Brasil e Bolívia, para determinar o limite entre os dois países ficou mais conhecido com o nome de Tratado da Amizade (ALVES, 2004, p. 4).

Cândido Mendes de Almeida é natural de São Bernardo do Brejo dos Anapurus, no Maranhão, tendo nascido em 16 de outubro de 1818. Ainda no Maranhão fez o curso primário e o secundário, mas foi para Pernambuco, para Olinda, estudar Direito, onde se diplomou na Faculdade de Direito homônima da cidade. Voltando ao Maranhão, esteve ligado a várias profissões que também exerceu no Rio de Janeiro, tais como jornalista, servidor público, advogado, professor, nesse caso de Geografia e História, em um Liceu em São Luís. Dentre os cargos públicos que ocupou, no Maranhão ou no Rio de Janeiro, apontam-se os de Magistrado, Diretor de seção da Secretaria da Justiça, Promotor Público e Chefe da Seção da Secretaria dos Negócios do Império. Ocupou a cadeira número 4 da Academia Maranhense de Letras. Esse ilustre homem do Império, que era membro do Partido Conservador, foi eleito deputado em 1843, voltando novamente entre 1850 a 1860, e 1869 a 1872. Nesta última data foi eleito e nomeado senador, posição que ocupou até 1881. Neste ano, o senador falece, no Rio de Janeiro, em primeiro de março (CDPB, 2010).

Homem com relevante atuação política, no sentido lato e strictu, o Senador Cândido Mendes ganhou o título nobiliárquico de Visconde de Vieira da Silva e outras honrarias, tais como as que obteve ao se tornar Oficial da Ordem da Rosa³ e Comendador da Ordem de São Gregório Magno de Roma⁴. Esta última certamente foi conferida pela sua defesa dos bispos, durante a questão religiosa, no início dos anos setenta dos oitocentos, que se não correspondeu a um dos fatos que determinou o fim do Império, contribuiu certamente para o desgaste do sistema.

O senador também, como um homem de sua época, participou de redes sociais como a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a academia Maranhense de Letras, onde foi o patrono da cadeira quatro da Academia Maranhense de Letras. Essas posições estavam ligadas também às suas publicações, como jornalista, sua atuação como empresário na criação de jornais, no Maranhão, seus cargos políticos e suas publicações que de modo geral refletiam suas preocupações políticas, a partir de suas vivências como Deputado e Senador. Nesse

³ A **Imperial Ordem da Rosa** é uma [ordem honorífica brasileira](#). Foi criada em [27 de fevereiro](#) de [1829^{\[1\]}](#) pelo imperador [D. Pedro I \(1822 — 1831\)](#) para perpetuar a memória de seu matrimônio, em segundas núpcias, com [Dona Amélia de Leuchtenberg e Eischstädt](#).

² A **Pontifícia Ordem de São Gregório Magno** foi criada em [1 de setembro](#) de [1831](#), pelo Papa [Gregório XVI](#), sete meses após sua eleição. A ordem tem quatro classes a saber :cavaleiro / Dama grã-cruz de primeira classe; Cavaleiro / Dama grã-cruz de segunda classe; Cavaleiro / Dama Comendador(a); e Cavaleiro / Dama. É uma das cinco [ordens pontifícias da igreja católica](#), segue a Ordem Pia e tem precedência sobre a [Ordem de São Silvestre Magno](#). A ordem é conferida tanto a homens quanto a mulheres – e, raramente, a homens não-católicos^[1] – em reconhecimento a seus serviços à Igreja, feitos notáveis, apoio à [Santa Sé](#) e ao bom exemplo dado à sociedade. É conferida a militares com o grau mínimo de major. Tem o privilégio de ser saudado pela [Guarda Suíça](#) do [Vaticano](#) e tem precedência sobre a [Ordem de São Silvestre Magno](#), [Ordem de Malta](#) e [Ordem do Santo Sepulcro](#). Os cavaleiros da classe *Grã-cruz de 1ª classe* recebem tratamento de [Sua Excelência](#).

sentido ele foi um político do Império bastante produtivo, uma vez que se registram obras nas áreas do direito⁵, da política⁶, da religião⁷ e da divisão administrativa do Império⁸.

A questão dos limites do Império, que foi objeto de algumas de suas obras é bem avultada no Atlas do Império do Brasil, uma de suas obras mais instigantes, produzida ainda quando era Deputado.

3. Caracterização do Atlas do Império do Brasil.

⁵ **As obras dele nessa área são:** - Direito Civil Eclesiástico Brasileiro, antigo e moderno em suas relações com o Direito Canônico ou Coleção Completa, Cronologicamente disposta desde a primeira Dinastia até o Presente. Rio de Janeiro, Garnier, 1866-1873. Dois tomos em Quatro Volumes;

- Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado D'el Rei D. Felipe I. Décima Quarta Edição;
- Segundo a I de 1603, e a IX de Coimbra de 1824. Rio de Janeiro, Instituto Filomático, 1870. In Quarto;
- Auxiliar Jurídico, devendo servir de apêndice à Décima Quarta Edição do Código Filipino ou ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado D'el Rei D. Felipe I, Etc. Obra útil aos que se dedicam ao Estudo de Direito e da Jurisprudência Prática. Rio de Janeiro, Instituto Filomático, 1869;
- Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha por José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú. VI Edição, Acrescentada, anotada, Etc. Rio de Janeiro, 1874, 2 V.;
- Arestos do Supremo Tribunal de Justiça Colligidos em ordem alfabética até onde. Rio de Janeiro, 1880.

⁶ **As obras dele nessa área são:** - As Eleições da Província do Maranhão em 1842 sob a Presidência do Dr. Venâncio José Lisboa. Rio de Janeiro, 1843;

- Cartas ao redator da Revista. (F. Sotero dos Reis). Maranhão, 1847;
- Cartas aos redatores do progresso (Dr. Antônio do Rego e Dr. Fábio Alexandrino de Moraes Rego). Maranhão, 1847;
- Cartas ao Redator do Publicador Maranhense (J.F. Lisboa). Maranhão, 1817;
- Os Serviços relevantes de Manoel Telles da Silva Lobo, na Província do Maranhão. Maranhão, 1851;

⁷ **As obras dele nessa área são:** - Pio XI e a França em 1849 a 1859, pelo Conde de Montallembert Traduzido em Vulgar. Rio de Janeiro, 1860;

- S. Luiz e o Pontificado: Estudo Histórico. Rio de Janeiro. 1869;
- Discurso, Etc. Combatendo a Medida da Venda dos Bens das Corporações.

⁸ **As obras dele nessa área são:** - A Carolina ou a definitiva fixação dos limites entre as Províncias do Maranhão e do Goyáz: Questão Submetida à decisão da Câmara dos Srs. Deputados desde 15 de junho de 1835. Rio de Janeiro, 1852;

- A Carolina ou a Definitiva Fixação de Limites entre as Províncias do Maranhão e Goyáz. Questão resolvida pela Câmara dos Srs. Deputados em 26 de maio deste ano e submetida à dos Srs. Senadores em 30 do mesmo mês e ano. Rio de Janeiro, 1854;
- A Carolina ou a Definitiva Fixação de Limites entre as Províncias do Maranhão e Goyáz. Questão resolvida pela Câmara dos Srs. Deputados em 26 de maio deste ano e submetida à dos Srs. Senadores em 30 do mesmo mês e ano. Rio de Janeiro, 1854;
- Atlas do Império do Brasil, compreendendo as respectivas divisões administrativas, Ecclesiásticas e Judiciaes, Dedicado A S.M. O Imperador o Sr. D. Pedro II, e Destinado à instrução pública do Império, com especialidade a dos alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II. Rio de Janeiro, 1868. Instituto Filomático;
- Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, Cujo Território compreende hoje as Províncias do Maranhão, Piahy, Gran-Pará e Amazonas; Colligidas e anotadas. Rio de Janeiro, 1860-1874, 2 Tomos;
- Pinsônia ou Elevação do Território Septentrional da Província do Gran-Pará a Categoria de Província, com a mesma denominação. Rio de Janeiro, 1873.

Na sua estrutura, o atlas é um livro medindo 45 cm por 35 cm, composto por 27 mapas e 36 páginas de texto contendo uma dedicatória ao Imperador, uma introdução e um texto relativo a cada parcela de território representada nos mapas.

Na introdução o autor apresenta suas razões para compor a obra e o plano de trabalho utilizado na sua execução. Em sequência, o texto intitulado “Material e outros auxílios consultados e aproveitados nos mapas e plantas do Atlas do Império do Brazil” enumera as fontes utilizadas pelo autor, além de fornecer várias informações históricas e sobre as questões de limites relativos a cada parcela de território representado.

A seção dos mapas inicia-se com um mapa-múndi contendo abaixo um detalhe representando a rota utilizada por Cristóvão Colombo na descoberta da América. A seguir são apresentados quatro mapas do império do Brasil em seu conjunto. Um mapa físico, com um encarte contendo uma representação pedagógica dos principais acidentes geográficos encontrados no globo. Além disso, no canto inferior esquerdo é apresentado um quadro explicativo contendo os países que fazem fronteira com o Brasil. O próximo mapa representa as divisões eleitorais do Império, dois quadros, um enumerando as “montanhas” do Brasil, e o outro dando a conhecer as divisões eleitorais com seus distritos, número de colégios, paróquias e eleitores. Além disso, exibe uma lista dos principais rios do país e sua ordem relativa de grandeza. O terceiro mapa representa a divisão eclesiástica. Em seu canto inferior esquerdo encontra-se um quadro relacionando as dioceses, informando as províncias contidas em cada uma, além de suas datas de criação, local de residência dos bispos, número de paróquias e população. No canto inferior direito são apresentadas as ilhas e lagos notáveis do Brasil. E finalmente, o quarto mapa representa a divisão administrativa do Brasil, apresentando um quadro estatístico com as províncias, suas capitais, superfície, número de comarcas, número de municípios e população. Além disso, nesse mapa encontra-se um encarte com as principais rotas dos primeiros anos de descoberta do Brasil.

Em sequência são apresentados os mapas regionais com a seguinte ordem: províncias setentrionais – Amazonas, Grão-Pará, Maranhão e Piauí; províncias orientais – Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito-Santo; províncias meridionais – município neutro, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, São Pedro; províncias ocidentais – Minas Gerais, Goyaz, Matto-Grosso; e para finalizar a província em projeto – Pinsonia.

Todos os mapas do atlas apresentam escala graduada de latitudes com os respectivos graus e escala graduada de longitudes. Foram feitos utilizando como referencial de longitudes o meridiano do Rio de Janeiro. O mapa apresenta escala gráfica indicando as distâncias em léguas (20 léguas a um grau). Os encartes apresentam uma escala maior do que a do restante das pranchas.

Os limites do Império

Cândido Mendes registra, em seu atlas, a indefinição das fronteiras do Império do Brasil com os países seus vizinhos. De todos os países que fazem fronteiras com o Brasil, apenas o Uruguai já tinha à época limites acertados e demarcados com o Império. A Venezuela, Peru e Bolívia já haviam entrado em acordo com o Brasil a respeito dos limites, mas ainda precisavam cumprir algumas etapas, ou assinar o acordo ou proceder às demarcações. Com os demais países, o Brasil não tinha conseguido entrar em acordo, havendo muitos litígios. Na elaboração do atlas o autor utilizou as demarcações oferecidas pelo Brasil em tentativas de acordo sobre o assunto.

O autor aproveitou a oportunidade para destacar como o Brasil havia, em uma demonstração de boa vontade para resolver a questão de limites, perdido território para seus vizinhos, como deixa claro ao referir-se aos limites estabelecidos com a Bolívia: “Custa bem caro ao Brazil o querer viver em paz com seus vizinhos”. Além disso, ele ressalta que o Brasil, através de acordos firmados com Venezuela e peru, havia perdido a vizinhança com o Equador. No mapa do Império as antigas fronteiras, com as quais o país mantinha vizinhança com o Equador, são representadas, “... somente com interesse histórico (Mendes, 1868, p. 9)”.

Ao tratar dos limites internos, Cândido Mendes faz uma crítica à divisão administrativa do Brasil então vigente, além de propor algumas modificações de forma a alcançar uma divisão mais equilibrada do território, seguindo o princípio da equipotência entre as províncias e tentando definir as fronteiras a partir dos limites naturais. O autor do atlas não foi o primeiro a propor uma redivisão do Império do Brasil.

Em 1823, o redator do projeto da nova Constituição, Antônio Carlos de Andrada, propôs que fosse feita para o território uma “conveniente divisão em comarcas, destas em distritos e dos distritos em termos, e nas divisões se atenderia aos limites naturais e igualdade de população quanto fosse possível” (BACKHEUSER, 1933, p. 59 *apud* MARTINS, 2001, p. 267). Ainda segundo Backheuser, posteriormente outras personalidades tentaram implantar nova divisão para o território brasileiro. Cruz Machado, Evaristo da Veiga e Américo Lobo propuseram a divisão da Província de Minas Gerais em três novas províncias. Em 1849, Adolfo Varnhagem propõe a divisão do Brasil em 22 províncias.

O então deputado da Assembléia Geral o Brasil expressa em seu atlas os princípios que, segundo ele, deveriam nortear a divisão administrativa do Império.

Se tomássemos determinada área para designar o quarteirão ou o districto, embora não fosse como tal declarado o território sem que estivesse habitado pelo *minimo* decretado da população, o territorio do nosso paiz se reorganizaria perfeitamente; ficando o quarteirão ou

districto como a primeira ou ultima molecula da organização ou edificio territorial do Imperio ... Com esse padrão como base poder-se-ia fixar o maximo e o minimo dos districtos que constituirião uma Parochia; assim como o numero destas indispensavel para a criação do Municipio, e consequentemente o numero destes necessario para que determinado territorio fosse elevado à Comarca (MENDES, 1868, p. 8).

Logo após expressar a maneira como deveria ser dividido o território, o autor reforça a ineficiência do sistema adotado à época. “Mas o vago que ora existe, ou a base simples da população torna-se o mais deficiente dos sistemas para organização dos territorios em qualquer paiz. Da maneira por que actualmente em nossas provincias se dividem os territorios, só vemos simile nos Estados Asiaticos, ou de civilização a mais atrasada (MENDES, 1868, p. 8)”.

Os limites apresentados no atlas do Império do Brazil são uma proposta oferecida pelo autor com o intuito de estabelecer essas fronteiras com clareza, observando documentos oficiais, além do princípio do *uti possidetis*. Essa proposta respeitava a divisão preestabelecida, embora muitas vezes o autor deixe claro sua discordância com a divisão adotada, como expresso ao tratar da Capitania de Sergipe “assim como não he conveniente a conservação de Províncias em extremo grandes, também não produz vantagens que se criem com tão limitado territorio” (MENDES, 1868, p. 16). Não havia, na época, limites estabelecidos e demarcados entre as unidades administrativas do Império e, assim, vários foram os conflitos nas áreas limítrofes. Um exemplo desses conflitos, relatado no atlas, foi protagonizado pelas províncias do Rio Grande do Norte e da Parahyba. No relatório da Província do Rio Grande do Norte, de 1861, diz seu presidente:

Questão de limites: Em maio do anno passado constou-me particular e depois oficialmente que o subdelegado de polícia da Bahia da Traição (*Provincia da Parahyba*) invadira com força armada o território desta Provincia no lugar denominado – *Marcos*, onde fizera uma prisão. Immediatamente exigi os esclarecimentos precisos, e solicitei do Exm. Presidente da Parahyba as necessarias providencias, que se derão, sendo logo demittido o agente policial que ordenára a sobredita prisão (MENDES, 1868, p. 13).

Outro exemplo de conflito vivido em função da indefinição precisa dos limites foi o caso relatado no relatório da Presidência de Sergipe de 1865, apresentado no atlas a respeito da disputa entre essa província e a da Bahia.

Desde longa data serios conflictos se tem suscitado entre as authoridades de Sergipe e as da Bahia, cujo Presidente, em data de 21 de janeiro de 1863, officiou ao desta Provincia, trazendo ao seu conhecimento diferentes queixas dos agentes fiscaes da villa de Geromoabo e districto de Coité, contra o procedimento do Collector da Villa de Simão Dias, em relação aos contribuintes que dizião já ter pago alli os impostos a que estavam sujeitos (MENDES, 1868, p. 16).

Mais um conflito tratado no atlas foi o da área contestada pelas províncias do Paraná e de Santa Catharina. Esse era um território grande produtor de erva-mate, responsável por grande parte das exportações brasileiras. Como se tratava de uma área ainda em litígio e que já havia tido interferência do Imperador a favor da Província do Paraná, mas que, após violentos rebates da província de Santa Catharina, voltou-se à etapa anterior de disputas, o autor resolveu, nas pranchas parciais, atribuir aquela parcela de território a cada uma das províncias. Porém, no mapa geral pronunciou-se a favor da Província de Santa Catharina .

A partir do exame de documentos históricos que relatavam a fronteira de Santa Catharina com as possessões espanholas de Corrientes (Argentina) e utilizando o princípio da equipotência entre as províncias, foi que o autor decidiu-se a favor desta província. Isso pode ser deduzido do que expressa Mendes a respeito do assunto: “esta província [Santa Catarina], além da razão legal tão clara e tão pronunciada, conta ainda em seu favor a razão geographica... E que interesse poderá fruir o paiz em accumular territorios sobre uma província larga e suficientemente dotada, com prejuízo de outra, que ainda rehavendo-o não alcança a área de sua competidora?” (MENDES, 1868, p. 23).

A disputa entre as duas províncias teve início com a criação da Província do Paraná em 1853, e somente foi resolvida no período republicano, através de um acordo firmado, em 1916, entre os já Estados da federação brasileira, no qual os contornos de Santa Catarina ficaram bem próximos dos apresentados por Cândido Mendes. Segundo Voltolini (2009, p. 32) “a questão de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná começou em 1853, quando então este último, comarca de São Paulo, adquire autonomia política e procurou [sic] firmar posses sobre a região do norte de Santa Catarina, a região do planalto”.

Ao ser criada a Província do Paraná, ficou estipulado que esta “fazia divisa oeste com Corrientes (Argentina), com o Paraguai, e no lado sul confina só com Santa Catarina” (MAFRA, 2008, p.13). Santa Catarina, por sua vez, foi criada em 1737, quando a “região” de Santa Catarina foi elevada à categoria de capitania (VIANA, 1948, p. 84). Porém, nos documentos de criação destas capitanias não foram estabelecidos limites claros. Além disso, o próprio desconhecimento da região impediu que estes limites fossem estabelecidos.

Proposta de novas províncias

Em vários momentos no texto que precede os mapas do Atlas do império do Brasil, Cândido Mendes expõe sua insatisfação com a divisão administrativa do Império. Isso era devido principalmente à diferença em área entre as províncias, o que causava uma disparidade de poder e de recursos entre elas e dificultava a administração do território.

O autor deixa expressa sua desaprovação quando diz: “que singular systema de Governo he o nosso, que por falta de uma sensata divisão de Provincias, deixa tão mal administrados grade numero de Brasileiros, como os que infelizmente vegetão ao desamparo nas uberrimas margens do rio de S. Francisco, sob a dependencia de trez Provincias, que nenhum bem lhes podem fazer!” (MENDES, 1868, p. 26). E continua sua explanação sobre o desequilíbrio da divisão territorial e o perigo geopolítico que poderia advir de tão dificultosa administração: “e que razão d’Estado há para manter-se esses acervos anormaes de territorios, indecifráveis perante a Geographia e a Politica, e que sob a especiosa denominação de Provincias, são para a nossa nacionalidade, como para nossa união, um perigo no futuro?” (MENDES, 1868, p. 26). Sua insatisfação direcionava-se sobretudo à divisão das províncias ocidentais do Império.

Confirma, ainda, a necessidade de uma redivisão administrativa para o Brasil, ao tratar da Província do Mato Grosso “ella está no mesmo caso das Provincias do Amasonas, do Grão-Pará, Goyaz, Minas-Geraes, Bahia, São Paulo, etc., cujos territorios necessitão ser reorganizados, de forma tal que seja para o Imperio, no futuro, uma garantia da unidade nacional” (MENDES, 1868, p. 30). Porém não faz nenhuma sugestão efetiva de como se daria essa reorganização.

No caso da Província de Goiás, ao tratar das questões de limites entre essa província e a de Mato Grosso, Mendes ressalta a necessidade da divisão de Goiás em duas, obtendo a nova província a denominação de Província de Tocantins. Ressalta, ainda, que esta divisão deveria ser feita com a demarcação exata dos limites entre as duas. Diz o autor: “a Provincia de Goiaz não precisa de accumular territorios, mas de uma divisão em duas Provincias: uma no Norte sob a denominação de *Tocantins*, e a outra ao sul com a que presentemente tem, e ambas com fronteiras bem definidas” (MENDES, 1868, p. 29). O desmembramento de Goiás em duas unidades administrativas somente ocorreu muito tempo depois da proclamação da República, com a constituição de 1988 que criou o novo Estado do Tocantins.

A par dessas sugestões de mudança, a grande proposta de redivisão do território é feita com o projeto de criação da Província de Pinsonia. Os motivos que o levaram a fazer tal proposição estão expressos em seu atlas

no anno de 1853, depois que se levou a effeito a idéa de abrir a navegação do rio Amazonas ás nações ribeirinhas, idéa precursora da abertura dessa navegação á todas nações do Mundo; entendemos que uma das primeiras necessidades era o olharmos com o mais serio interesse para o territorio septentrional que possuimos banhado pelo Amazonas, terreno importante pela magnifica posição que occupa, de que o ponto mais notavel he sem duvida o da cidade de Macapá, seja em relação ao comercio, seja aos futuros destinos de nosso paiz (MENDES, 1868, p. 32).

Depreende-se do exposto que os motivos que levaram o deputado a propor a criação de nova província foram de ordem geopolíticas. A abertura da navegação do rio Amazonas, com possibilidade de expansão dessa

navegação para “todas as nações do mundo”, associada ao pouco conhecimento sobre aquela parte do território, que ainda era inexplorado e ao litígio acerca dos limites do Império com as suas vizinhas, Guianas Francesa, Inglesa e Holandesa eram motivos bem fortes para a preocupação com a proteção e ocupação daquele território fronteiriço.

A navegação de rios internacionais partilhada entre as nações ribeirinhas era uma ideia que começava a ganhar cada vez mais aceitação no contexto internacional. No período colonial o acesso a esses rios ficava a cargo do país no qual eles se encontravam. No caso do Amazonas coube a Portugal a decisão de manter fechada sua navegação. Porém, a partir do final do século XVIII começou-se uma discussão acerca da abertura dessas vias fluviais para os países ribeirinhos. A partir do congresso de Viena em 1815, a liberdade de navegação nos rios internacionais passou a ser seriamente considerada (GREGÓRIO, 2010, p. 152).

No Brasil imperial a questão começou tomou relevo quando o Governo imperial através do decreto n.º 1.037 de 30 de agosto de 1852, concedeu a Irineu Evangelista de Souza (futuro Barão e Visconde de Mauá) o direito de fundar uma companhia para realizar a navegação a vapor do rio Amazonas. Essa questão foi amplamente debatida pela Assembléia Geral do império em 1853, quando o decreto foi aprovado com algumas alterações (GREGÓRIO, 2010, p. 153).

O projeto de criação dessa Província de Pinsonia foi enviado à Assembléia pelo deputado Cândido Mendes em 1853 sob a denominação de Província de Oyapockia, mas segundo o autor foi reprovada pelas objeções postas pela Província do Grão-Pará da qual seria extraído esse território. Em 1868 ao elaborar seu atlas, Cândido Mendes retomou a ideia da criação desta Província agora sob a denominação de Pinsonia e que deveria ter por capital a villa da Macapá.

Os limites dessa Província de Pinsonia coincidem bastante com os limites do atual Estado do Amapá, que somente foi criado na década de 1940. No contexto da II Guerra Mundial e com a necessidade crescente de exploração da borracha na Amazônia, o então Presidente da República Getúlio Vargas criou cinco Territórios Federais, a partir do desmembramento dos Estados do Amazonas e Pará, sendo eles: Guaporé, Amapá, Ponta Porã, Iguassú e Rio Branco. Desses, dois foram extintos em 1946: Ponta Porã e Iguassú. A intervenção federal nos Estados foi explicada pela necessidade da segurança das fronteiras, localizadas em regiões remotas onde o poder público estadual encontrava dificuldades em administrar. A Constituição Federal de 1988 transformou todos os Territórios Federais existentes em Estados-membros (GUERRA, 2011).

Considerações finais

Cândido Mendes, em seu Atlas do Império do Brasil, ocupou-se, assim como em outras de suas obras, com a questão dos limites do Brasil. Deixou expresso em seu atlas suas preocupações com a indefinição dos limites e os incontáveis transtornos que causavam à população que vivia nas regiões limítrofes. Além disso, estava ainda em suas inquietações o perigo que essa indefinição representava para a segurança da integridade territorial do país. A preocupação geopolítica que guiou a elaboração do atlas pode ser observada nas propostas de redivisão administrativa, inclusive na retomada de um projeto antigo de criação de uma nova província na foz do Amazonas.

Essa obra constituiu uma proposta para a definição dos limites do Brasil. Para elaborá-la o autor se valeu de mapas e documentos históricos, em um trabalho minucioso que buscou respeitar os limites impostos através de alvarás régios, e princípios como o *uti possidetis*. Ademais, procurou o autor respeitar a geografia do país tentando encontrar limites naturais que poderiam servir como fronteira natural entre as províncias.

Referências

ALVES, F.L. O tratado de Petrópolis: interiorização do conflito de fronteiras. Trabalho final de curso. Brasília, UNILEGIS e UFMS, 2004.

BROWN, L. A. *The Story of Maps*. Toronto: Pan American and International Copyright, 1977.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_almeidacandidomendes.html, acessado em 24/08/2010.

ESCOBAR, I. *Formação dos Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, s/d.

GREGORIO, V.M. Os deputados e o Rio: Os debates de 1853 sobre a navegação a vapor no rio Amazonas e o sistema representativo no Brasil Monárquico. *Revista de História*. Universidade de São Paulo, n. 162, 1º semestre 2010, pp. 151-178.

GUERRA, A.E. Breve histórico da configuração político-administrativa do Brasil In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Evolução da Divisão territorial do Brasil (1872 – 2010)*. Rio de Janeiro, 2011.

MAFRA, A.D. *Aconteceu nos ervais: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – Região sul do vale do rio Negro*. Dissertação de mestrado. Universidade do Contestado, Canoinhas, 2008.

MARTINS, H. T. A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, n. 35, pp. 263 – 288, jul/dez, 2001.

IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica
ISBN 978-972-8932-88-6

MENDES, C.A. *Atlas do Império do Brazil comprehendendo as respectivas divisões Administrativas, ecclesiasticas, Eleitoraes e Judiciárias*. Rio de Janeiro, 1868.

VIANA, H. *História das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Militar, 1948.

VOLTOLINI, A.F.F. A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis, UFSC, v. 1, n. 2, 2009.



Figura 1. Império do Brasil – Nesse mapa o autor faz sua proposta de limites para as províncias já existentes no país

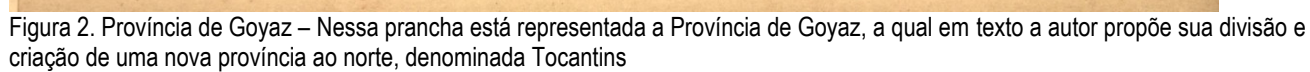




Figura 3. Província do Paraná. Nesse mapa o autor atribui à jurisdição desta província o território em litígio com a província de Santa Catarina

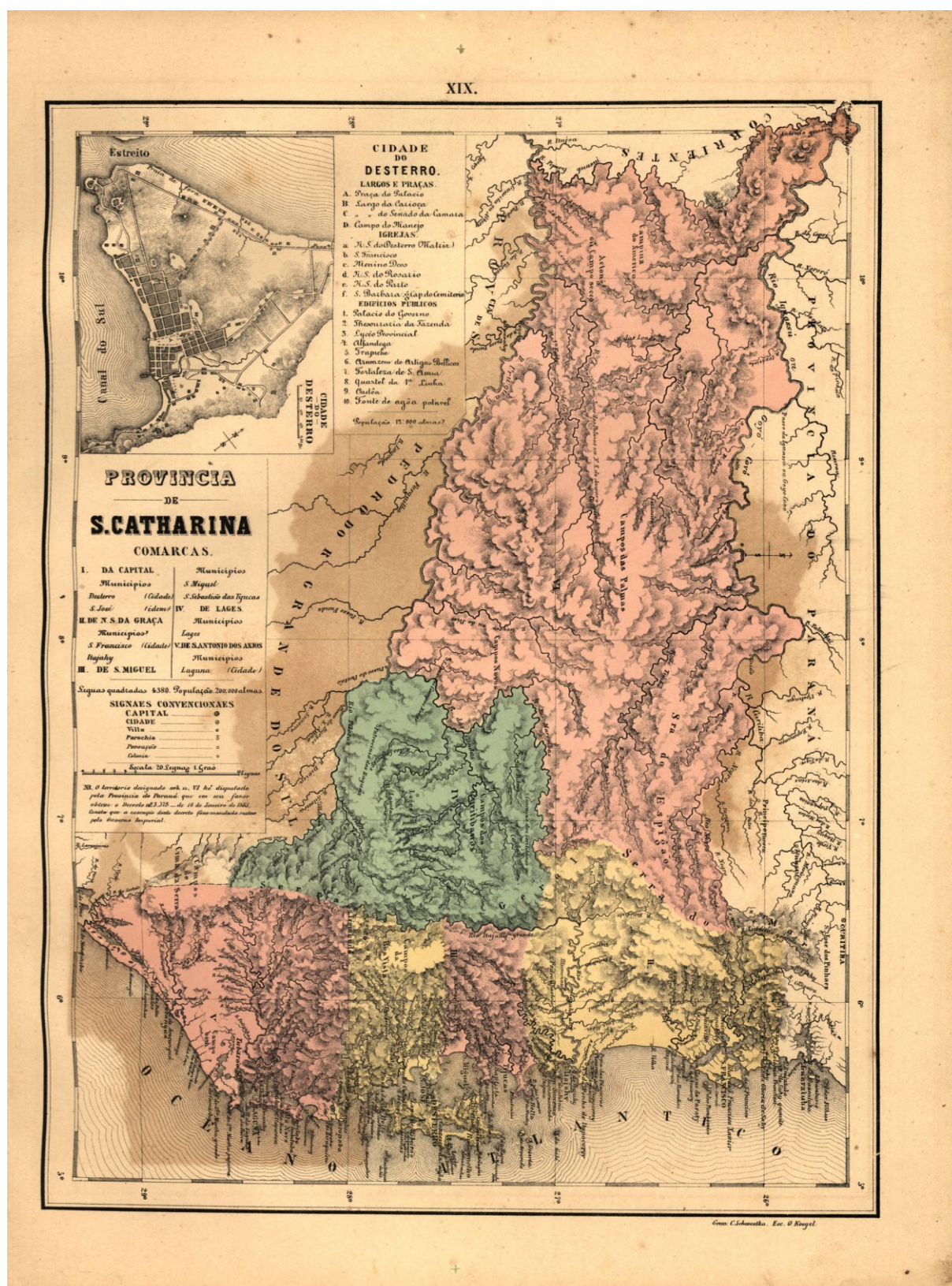


Figura 4. Província de Santa Catharina. Nesse mapa o autor também atribui a esta província o território em litígio com a Província do Paraná



Figura 5. Província de Pinsonia – Nessa prancha o autor faz sua proposta de criação de uma nova província para o Império com os mesmos limites do atual Estado do Amapá